

Editorial

GOVERNO LULA

Recados inconvenientes

SÃO ECONOMICAMENTE equivocados e politicamente desastrosos os primeiros sinais emitidos por integrantes do governo a respeito de uma incerta "nova era" na condução da economia a começar a partir de agora. Incerta porque não se sabe muito bem o que se passa na cabeça do presidente Lula, sempre disposto a mudar de retórica conforme a platéia que o assiste. Porque, se preverecer o que disseram ministros importantes que terão força no segundo mandato, as consequências são bastante conhecidas. E têm o gosto amargo de retrocesso.

A votação ainda transcorria, o presidente nem reeleito estava e ministros já prometiam mudanças na política econômica. Tarso Genro, das Relações Institucionais, referiu-se ao fim da "era Palocci". Dilma Rousseff, da Casa Civil, disse que, concluído um "conjunto de ajustes", a economia passará para o "segundo momento". Guido Mantega, da Fazenda, sustentado pelos dois primeiros, vem repetindo o coro nos bastidores.

Mau começo. Tais recados nada ajudam ao presidente Lula, ao governo e ao país. Esquecem os porta-vozes da "nova era" as muitas lições extraídas do primeiro mandato. A primeira delas é que, nos três anos e três meses em que esteve no Ministério da Fazenda, coube a Antonio Palocci a tarefa primordial de conquistar credibilidade econômica.

Lula costuma sublinhar que recebeu o país quebrado. Uma meia verdade. A amarga herança herdada em 2002 deu-se, em grande parte, aos temores do mercado financeiro em relação às idéias econômicas que os petistas poriam em prática uma vez no poder. Os efeitos colaterais foram pavorosos, dentre os quais risco-país recorde, ausência de linhas de crédito e turbulências no câmbio.

Eram muitos os insones assustados com a possibilidade de Lula promover rupturas em premissas fundamentais, como as metas de inflação, o câmbio flutuante, a autonomia operacional do Banco Central e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Revolução
Lula

Palocci sustentou tais alícerces com firmeza. A "ortodoxia", como se referem os detratores, revelou-se acertada. Na campanha, o próprio Lula recorreu ao triunfalismo para ressaltar os bons ventos da economia – fruto, insista-se, da base criada pela "era" que ministros dizem agora ter acabado. A mistificação desabrida, no entanto, tem limites.

A inflação foi controlada, mas os juros se mantiveram em altitudes siderais. Os superávits primários se repetiram, mas o crescimento se mostrou esquálido. Saltos maiores deixaram de ser vistos porque estancou a agenda de reformas essenciais para completar a tarefa – e para tanto um ministro da Fazenda pouco poderia fazer. Não é por outra razão que, entre as prioridades do segundo mandato, estão reformas nas áreas política e fiscal.

Não procede, portanto, o diagnóstico de que o Brasil

Não procede o diagnóstico de que o Brasil concluiu os ajustes e iniciará uma "nova era"

concluiu os ajustes e poderá iniciar uma "nova era", seja lá o que isso signifique. A campanha petista ignorou os remédios amargos que precisarão ser prescritos para evitar uma crise fiscal. A economia não cresce a taxas aceleradas porque, entre outros fatores, as despesas não financeiras da União já superam os 22% do PIB. De cada R\$ 100, quase R\$ 90 se destinam a gastos obrigatórios, que impõem limites aos investimentos.

Todos desejam que o Brasil saia do estado letárgico. Mas sem reformas que resolvam os desequilíbrios fiscais, só restarão atalhos irresponsáveis a seguir. Referir-se à "nova era" nada faz além de inspirar desconfiança. A virtuosa combinação entre saúde fiscal e desenvolvimento exigirá, isto sim, aprofundamento dos ganhos alcançados com a "era Palocci". Caso contrário, sacrifícios passados terão sido em vão. E crises futuras não tardarão a chegar.